Será que um futuro Secretário-Geral da ONU oriundo da América Latina poderá salvar o multilateralismo?[1]

¿Podría un futuro secretario general de la ONU procedente de América Latina salvar el multilateralismo?

Could a future UN Secretary-General from Latin America save multilateralism?

Sebastián Tobar

Resumo: Este artigo analisa a possibilidade de um futuro Secretário-Geral das Nações Unidas oriundo da América Latina liderar a adaptação da ONU a uma "tempestade perfeita" composta por quatro grandes mudanças: a redistribuição do poder global, a transformação demográfica, a crise do modelo institucional e financeiro do multilateralismo e a necessidade de um novo modelo operacional para as Nações Unidas. O autor argumenta que uma candidatura latino-americana não seria apenas uma conquista simbólica, mas também uma oportunidade de contribuir com uma visão baseada na tradição diplomática e intelectual da região, particularmente em temas como desenvolvimento, desigualdade, cooperação internacional e multilateralismo.

Palavras Chaves: Multilateralismo; geopolítica; reinventando a ONU.

Resumen: *El presente artículo analiza la posibilidad de que un futuro Secretario-General de las Naciones Unidas de América Latina lidere la adaptación de la ONU a una "tormenta perfecta" compuesta por cuatro grandes cambios: la redistribución del poder global, la transformación demográfica, la crisis del modelo institucional y financiero del multilateralismo y la necesidad de un nuevo modelo de funcionamiento de las Naciones Unidas. El autor sostiene que una candidatura latinoamericana no solo sería un logro simbólico, sino también una oportunidad para aportar una visión basada en la tradición diplomática e intelectual de la región, particularmente en temas como el desarrollo, la desigualdad, la cooperación internacional y el multilateralismo.*

Palabras clave: *Multilateralismo; geopolítica; reinventando la ONU.*

Abstract: *This article analyzes the possibility of a future Secretary-General of the United Nations from Latin America leading the UN's adaptation to a "perfect storm" comprised of four major changes: the redistribution of global power, demographic transformation, the crisis of the institutional and financial model of multilateralism, and the need for a new operational model for the United Nations. The author argues that a Latin American candidacy would not only be a symbolic achievement but also an opportunity to contribute a vision based on the region's diplomatic and intellectual tradition, particularly on issues such as development, inequality, international cooperation, and multilateralism.*

Keywords: *Multilateralism; geopolitics; UN reinventing.*

[1] Uma versão mais curta deste artigo foi publicada em inglês pela Devex e está disponível em: https://www.devex.com/news/latin-america-has-a-rare-chance-to-shape-the-united-nations-112827

Assumir o leme para navegar na tempestade perfeita

O próximo Secretário-Geral assumirá o comando das Nações Unidas em meio a uma tempestade perfeita resultante da convergência de três grandes transformações: a redistribuição do poder global, a transição demográfica e o esgotamento do modelo institucional e financeiro que sustentou o sistema multilateral nas últimas sete décadas.

A eventual eleição de um Secretário-Geral da América Latina (e ainda mais se, pela primeira vez na história, for uma mulher) não representaria apenas uma conquista simbólica para a região. Poderia constituir uma oportunidade para que perspectivas historicamente associadas ao pensamento e à diplomacia latino-americanos contribuam para enfrentar quatro grandes transformações que marcarão o futuro das Nações Unidas: o ressurgimento das tensões geopolíticas, os novos desafios ligados à dinâmica demográfica, a reinvenção do multilateralismo e a reformulação dos modos de produção.

Longe de simplesmente gerir a organização, o próximo Secretário-Geral será chamado a liderar a sua adaptação a um novo ciclo histórico. Neste contexto, a possibilidade real de que ele ou ela venha da América Latina apresenta uma série de oportunidades.

1. **A transformação geopolítica**

A primeira transformação refere-se à crescente lacuna entre a arquitetura institucional das Nações Unidas e a distribuição contemporânea do poder mundial. As Nações Unidas permanecem, em grande parte, uma organização concebida para gerir os equilíbrios políticos que emergiram após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a ascensão econômica e política dos países do Sul Global, a consolidação de novas potências regionais e a crescente fragmentação da ordem internacional destacam a necessidade de reformas que ampliem a representatividade e a legitimidade do sistema multilateral.

Nesse contexto, a liderança latino-americana poderia contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, a expansão da participação do Sul Global nos processos de tomada de decisão internacionais e a promoção de uma reflexão renovada sobre a governança global.

Ao mesmo tempo, poderia dar maior visibilidade às necessidades específicas dos países de renda média, que muitas vezes são excluídos dos mecanismos tradicionais de financiamento do desenvolvimento, apesar de enfrentarem desafios significativos relacionados ao endividamento, às desigualdades sociais, à vulnerabilidade climática e às restrições fiscais.

Talvez a contribuição mais significativa da América Latina não seja política, mas conceitual. Durante grande parte do século XX, a região produziu algumas das reflexões mais influentes sobre desenvolvimento e desigualdade internacional. O pensamento estruturalista desenvolvido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) por autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto argumentava que o *subdesenvolvimento não é um estágio de transição do desenvolvimento, mas uma condição produzida pelas próprias estruturas da economia internacional*.

Nas últimas décadas, as Nações Unidas desempenharam um papel fundamental na promoção dos ***Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do princípio de "não deixar ninguém para trás"***. Embora essa agenda tenha ampliado o foco em questões sociais e inclusão, a narrativa dos ODS também, em certa medida, desviou o debate das causas estruturais que perpetuam as desigualdades entre países e regiões.

A América Latina, mais do que qualquer outra região do planeta, tem vivenciado e reproduzido essas desigualdades. Por exemplo, no Brasil, o município de Saquarema registra um PIB per capita superior a R$ 700.000 por habitante, enquanto Manari não chega a R$ 8.000. A diferença é superior a cem vezes, sendo a maior do mundo entre duas cidades do mesmo país e revelando que as desigualdades estruturais se manifestam não apenas entre países, mas também dentro deles.

Uma liderança latino-americana poderia contribuir para reavivar esse debate, complementando a agenda de inclusão com uma reflexão mais ampla sobre as assimetrias da economia internacional, a governança financeira global, a concentração tecnológica e os obstáculos estruturais ao desenvolvimento sustentável. Mais do que perguntar como evitar que as pessoas fiquem para trás, o desafio reside em compreender por que certas sociedades continuam a ficar sistematicamente para trás; por que as desigualdades sociais e de saúde entre os países estão a começar a aumentar depois de décadas de diminuição, e porque o passaporte se tornou o determinante mais importante da saúde da população.

2. Nova dinâmica demográfica

A segunda transformação refere-se às profundas mudanças demográficas que estão começando a redefinir os fundamentos econômicos e sociais de grande parte do mundo. Durante a segunda metade do século XX, as preocupações internacionais se concentraram no rápido crescimento populacional. Atualmente, no entanto, um número crescente de países enfrenta desafios opostos: declínio persistente da fertilidade, envelhecimento acelerado da população e redução da população em idade ativa. Esse fenômeno, frequentemente descrito como um “inverno demográfico”, já está influenciando os debates sobre crescimento econômico, sustentabilidade dos sistemas de previdência, migração e mercados de trabalho.

No entanto, o surgimento dessas preocupações também favoreceu interpretações simplistas que reduzem a questão demográfica a metas quantitativas para o aumento das taxas de natalidade, que coexistem com crescentes barreiras à imigração. Em alguns contextos, estão surgindo discursos que tendem a apresentar os direitos reprodutivos, a autonomia das mulheres ou a igualdade de gênero como obstáculos à recuperação das taxas de fertilidade. Uma futura Secretária-Geral — possivelmente a primeira mulher a ocupar o cargo na história da organização — teria uma oportunidade única de evitar interpretações reducionistas desse fenômeno. O desafio não é incentivar ou desencorajar a fertilidade, mas construir uma narrativa capaz de conciliar a liberdade reprodutiva, a igualdade de gênero, a proteção social e a sustentabilidade demográfica.

Assim como as Nações Unidas desempenharam um papel decisivo na construção de um consenso internacional sobre população e desenvolvimento durante as últimas décadas do século XX, elas podem ser chamadas a dar sentido à nova dinâmica demográfica do século XXI.

3. Reinventando o multilateralismo

A terceira transformação refere-se à capacidade operacional das próprias Nações Unidas. Ao longo de mais de sete décadas, o sistema da ONU expandiu-se continuamente para responder a novos desafios globais. Esse crescimento possibilitou avanços importantes, mas também gerou uma arquitetura global labiríntica, com estruturas complexas, fragmentadas e, muitas vezes, sobrepostas.

Múltiplos fundos, programas, agências especializadas e mecanismos de coordenação coexistem atualmente em um sistema que muitos governos consideram excessivamente burocrático, dispendioso e difícil de coordenar. Essa questão assume particular relevância em

vista da crescente crise financeira da organização. A redução das contribuições voluntárias, os atrasos nos pagamentos obrigatórios e a menor disposição dos Estados em financiar estruturas multilaterais indicam que o modelo que sustentou a expansão das Nações Unidas nas últimas décadas dificilmente poderá ser mantido sem mudanças significativas. Além disso, é inútil sonhar que os novos presidentes das nações mais poderosas serão capazes de reverter essa crise.

Nesse contexto, o próximo Secretário-Geral será chamado a liderar uma profunda reestruturação institucional. Não se trata apenas de reduzir custos ou consolidar estruturas administrativas. O objetivo é construir um sistema mais integrado, ágil e orientado para resultados, capaz de responder de forma mais eficaz aos desafios humanitários e de desenvolvimento. Um sistema capaz de gerar valor significativo para os países contribuintes.

Essa tarefa provavelmente encontrará considerável resistência política e burocrática. No entanto, a capacidade das Nações Unidas de preservar sua legitimidade e relevância dependerá, em grande medida, de sua disposição em se adaptar a um contexto internacional no qual os Estados-Membros não parecem mais dispostos a financiar indefinidamente estruturas herdadas do século XX.

4. Redesenhar os modos de produção.

O aquecimento global, o avanço da inteligência artificial e as limitações na produção e distribuição de combustíveis fósseis tornam imperativo redesenhar os modos de produção globais. E isso acontece quando o diálogo político entre as potências se torna cada vez mais escasso e a capacidade da Assembleia Geral da ONU de chegar a um consenso e liderar parece mais fraca.

2030 está logo ali, e nossa casa comum nunca esteve tão ameaçada. "*Tudo o que é sólido se desmancha no ar*." Para evitar que o futuro imediato se torne apocalíptico, o mundo precisará mobilizar talentos e liberar ideias inovadoras e, fundamentalmente, operacionais que realmente contribuam para a sustentabilidade ambiental, trabalhista, social e econômica. Isso exigirá não apenas a reformulação dos ODS, indo além de slogans retóricos para convertê-los em compromissos concretos das nações, que as Nações Unidas devem supervisionar como uma grande regente da orquestra global.

Como os candidatos estão posicionados no atual cenário geopolítico?

O processo de nomeação para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas já começou, e cinco candidatos da região estão concorrendo à vaga. A Argentina, embora alinhada aos Estados Unidos, que rejeitam o multilateralismo, nomeou o diplomata ***Rafael Grossi***, atual Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica. A segunda candidata é a ex-presidente ***Michelle Bachelet***, que, embora não tenha sido nomeada por seu país, foi apresentada como candidata pelo Brasil e pelo México e tem experiência como ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A ex-vice-presidente da Costa Rica e atual Secretária-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ***Rebeca Grynspan Mayufis***, é a terceira candidata da região. A quarta candidata da região é María Fernanda Espinosa, ex-Ministra das Relações Exteriores do Equador e ex-Presidente da Assembleia Geral da ONU (2018-2019) que não conta com o apoio do presidente do Equador, Daniel Noboa, e havia sido indicado por Antígua e Barbuda[2]. O Governo da Guiana nomeou formalmente ***Carolyn Rodrigues-Birkett*** como sua candidata a Secretária-Geral das Nações Unidas em 15 de junho de 2026. Rodrigues-Birkett é uma diplomata e política guianense

[2] https://docs.un.org/en/A/80/736

com vasta experiência em política externa, desenvolvimento e organizações multilaterais, e sua nomeação tem valor simbólico, pois conta com o apoio do bloco CARICOM.



Bachelet, Grynspan e Rossi



Espinoza e Rodrigues

Michelle Bachelet tem uma trajetória excepcional no sistema das Nações Unidas e conta com apoio significativo de países latino-americanos, especialmente Brasil e México. No entanto, ela poderia gerar reservas em uma administração americana liderada por Donald Trump devido à sua forte associação com a agenda de direitos humanos e setores progressistas[3].

Rebeca Grynspan[4] é provavelmente a candidata mais focada no desenvolvimento e na cooperação internacional, emergindo como a principal candidata de consenso dentro do GRULAC[5]. Ela possui uma imagem moderada e muito respeitada, mas até o momento, não parece contar com o mesmo nível de apoio das grandes potências que Grossi ou Bachelet.

O fator crucial para o sucesso não é apenas o apoio dos Estados Unidos, mas também a aceitação dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas: Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França. Um veto de qualquer um deles poderia

[3] Michelle Bachelet parece estar enfrentando resistência de setores da administração americana e do Partido Republicano. O representante dos EUA na ONU, Mike Waltz, expressou reservas sobre sua candidatura e evitou apoiá-la. https://www.reuters.com/legal/government/us-envoy-waltz-appears-torpedo-bachelet-next-un-leader-2026-04-15

[4] https://www.reuters.com/world/un-candidate-grynspan-says-world-body-must-do-less-with-less-2026-04-29

[5] (Octagon: https://octagonai.co/markets/companies/international/who-will-be-the-next-un-secretary-general/#1-executive-verdict

bloquear a candidatura. Portanto, a questão estratégica não é quem é mais aceitável para Washington, mas sim quem consegue ser aceitável simultaneamente para Washington, Pequim e Moscou. Nesse aspecto, muitos observadores acreditam que Rafael Grossi tem uma vantagem relativa.

A China[6] parece estar inclinada a escolher uma candidata mulher, especialmente uma que combine[7] um compromisso com o multilateralismo, uma ênfase no desenvolvimento e uma postura independente dos Estados Unidos. Entre os candidatos latino-americanos, isso poderia favorecer Rebeca Grynspan e Michelle Bachelet.

A China declarou que deseja um Secretário-Geral comprometido com o desenvolvimento e o multilateralismo, e que não esteja excessivamente alinhado com nenhuma superpotência. Nesse sentido, Grynspan possui um perfil focado no desenvolvimento econômico, na cooperação internacional e no diálogo Norte-Sul — temas que são geralmente bem recebidos pela diplomacia chinesa.

Bachelet possui diversas qualidades atraentes para a China: é mulher, tem vasta experiência na ONU e conta com o apoio de importantes países da América Latina. No entanto, existe um problema significativo: durante seu mandato como Alta Comissária para os Direitos Humanos, um relatório da ONU sobre a situação dos uigures em Xinjiang foi publicado, gerando considerável tensão com Pequim[8]. Diversas fontes indicam que esse incidente gerou ressentimento em setores do governo chinês. Buscando superar essas tensões, Bachelet se reuniu recentemente com o vice-presidente chinês Han Zheng, recebendo sinais favoráveis de Pequim durante sua viagem internacional[9].

Em seu papel como Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, *Rafael Grossi* manteve uma relação de trabalho harmoniosa com as principais potências, incluindo a China. Algumas análises da corrida para o cargo de Secretário-Geral destacam que Grossi é visto como um candidato relativamente pragmático, capaz de dialogar tanto com o Ocidente quanto com a China[10].

Em relação a ***Espinosa***, podemos considerar que ela possui credenciais suficientes para o cargo, mas para se tornar a candidata de consenso, ela precisaria que os concorrentes inicialmente mais fortes fossem bloqueados por vetos ou pela falta de acordo entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Esse tipo de resultado não é incomum na eleição do

---

[6] https://www.chinadaily.com.cn/a/202605/27/WS6a164755a310d6866eb4ae85.html

[7] https://www.chinadaily.com.cn/a/202605/27/WS6a164755a310d6866eb4ae85.html

[8] Em 31 de agosto de 2022, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgou um relatório sobre a situação dos uigures e de outras minorias muçulmanas em Xinjiang, na China. O relatório concluiu que havia evidências críveis de: detenções arbitrárias em massa; tortura e maus-tratos; violência sexual e de gênero; severas restrições às liberdades religiosas e culturais; e políticas discriminatórias contra os uigures e outros grupos muçulmanos. A conclusão controversa foi que essas práticas "poderiam constituir crimes contra a humanidade". https://www.bbc.com/news/world-asia-62744522 .

[9] Em sua conta no Instagram, ela declarou sobre o encontro com o vice-presidente Han Zheng: "Discutimos a importância de fortalecer o multilateralismo e o papel das Nações Unidas no enfrentamento dos desafios globais. Valorizo o compromisso da China com os princípios da Carta da ONU e com o avanço equilibrado da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos, pilares fundamentais da organização." Ela também forneceu detalhes do encontro com o representante chinês. https://www.msn.com/es-cl/noticias/other/bachelet-se-re%C3%BAne-con-el-vicepresidente-de-china-en-medio-de-carrera-por-liderar-la-onu/ar-AA24MAs6?ocid=BingNewsVerp

[10] https://octagonai.co/markets/companies/international/who-will-be-the-next-un-secretary-general

Secretário-Geral da ONU, onde um candidato de consenso frequentemente emerge após várias rodadas de negociações.

Entre os pontos fortes de ***Carolyn Rodrigues-Birkett*** estão sua vasta experiência diplomática e ministerial, seu conhecimento profundo do sistema das Nações Unidas e o fato de representar o Caribe, uma região que nunca ocupou o cargo de Secretária-Geral. Além disso, sua origem em um pequeno Estado do Sul Global pode contribuir para uma imagem de neutralidade. Entre os pontos fracos, destaca-se seu menor reconhecimento internacional em comparação com outros candidatos, como Rafael Grossi, Rebecca Grynspan, Michelle Bachelet e María Fernanda Espinosa. A Guiana também possui uma rede diplomática mais limitada do que as potências regionais que apoiam alguns de seus concorrentes[11]. A nomeação da diplomata guianense enfraquece as chances da candidata equatoriana, uma vez que a CARICOM sempre teve como política alinhar e apoiar candidatos de sua região.

Agora, quem nos defenderá?

A eventual eleição de um Secretário-Geral latino-americano não garantirá, por si só, a transformação das Nações Unidas. As limitações institucionais da organização e as tensões geopolíticas contemporâneas continuarão a impor restrições significativas às ações de qualquer liderança.

No entanto, a região possui atributos únicos para contribuir com esse processo. Além de sua tradição de resolução pacífica de conflitos, defesa do multilateralismo e cooperação internacional, a América Latina acumulou uma rica experiência na construção de paradigmas sobre desenvolvimento, desigualdade, inclusão social e construção institucional. Afinal, é a região onde o maior número de pessoas e governos vive em paz, sem conflitos armados internos ou conflitos com outros povos. Onde a maioria dos países vive em democracia. E também a que recebeu menos apoio da AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento), embora ainda tenha centenas de milhões de pessoas vivendo na pobreza.

"Eu gostaria que a África se tornasse como a América Latina", ouvi certa vez um alto funcionário da ONU dizer. Bem, o momento chegou!

Se Dag Hammarskjöld ajudou a definir o papel político do Secretário-Geral durante a Guerra Fria e Kofi Annan procurou adaptar a organização à era da globalização, o próximo ocupante do cargo poderá ser chamado a liderar uma tarefa ainda mais complexa: adaptar as Nações Unidas a um mundo pós-hegemônico, marcado pela multipolaridade, envelhecimento da população, restrições fiscais e crescentes questões de cooperação internacional.

Nesse cenário, a principal contribuição que a América Latina pode oferecer talvez não seja apenas um candidato, mas uma tradição diplomática e intelectual capaz de enriquecer o debate sobre como construir uma ordem internacional mais cooperativa e equitativa, mais adequada aos desafios do século XXI.

[11] https://www.reuters.com/world/americas/guyana-un-candidate-calls-maintaining-un-collective-responsibility-2026-06-18